

Moralização vira pauta na Câmara

Pelo menos três medidas de impacto para a campanha de moralização do Congresso devem ser adotadas pela Mesa da Câmara no decorrer desta semana: suspensão do mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), fixação de um prazo máximo de oito dias para ex-parlamentares desocuparem dez apartamentos da União e começo das votações de 42 das 155 leis complementares necessárias à aplicação de dispositivos da Constituição.

Os integrantes da Mesa da Câmara asseguraram que a partir da extinção dos mandatos dos deputados Mário Bouchardet (MG) e Felipe Cheidde (SP), ambos do PMDB, com base no artigo 55, item 3, que prevê a perda do mandato para aqueles cujas faltas atinjam a terça parte das sessões ordinárias, a ação moralizadora do Congresso não esfriará.

“A partir de agora, quem faltar a 10 sessões consecutivas ou 45 alternadas terá seu mandato suspenso, por ato da Mesa, como aconteceu com Bouchardet e Cheidde”, assegura o 1º vice-presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

Uma lista com 42 leis complementares já foi elaborada, para

que os projetos sejam votados ainda este ano. Mas isso só será viável se a Mesa decidir suspender o recesso parlamentar de julho próximo. Os integrantes da Mesa, entretanto, ainda não se empenharam nesse assunto e acham que uma simples reunião dos líderes de partidos não seria suficientemente democrática para tomar tal decisão. Seria necessário um plebiscito para que todos os deputados pudessem opinar.

Hoje a Mesa se empenhará em definir as formas de despejo de ex-parlamentares e duas viúvas de deputados, que ocupam irregularmente 10 apartamentos da Câmara, enquanto 80 deputados são obrigados a residir em hotéis. Mas a medida de maior impacto deve chegar na sexta-feira, depois de uma reunião extraordinária da Mesa: a suspensão do mandato do ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), Gustavo de Faria, que será enquadrado no artigo 55, item 2, que prevê a perda do mandato por “procedimento incompatível com o decoro parlamentar”. Faria é acusado de ter causado, por administração irregular do IPC, um prejuízo de 10 milhões de dólares.

IVALDO CAVALCANTE



Inocêncio Oliveira, vice-presidente da Câmara, promete 3 novas ações nesta semana